

VIGIAR, PUNIR E EDUCAR: O PROFESSOR/POLICIAL²⁶

Sharon Varjão Will²⁷

Maria de Fátima Costa de Paula²⁸

Resumo

O artigo analisa o discurso da prevenção ao crime, a partir das práticas socioeducativas orientadas para crianças e jovens, moradores de favelas cariocas, realizadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora, ferramenta da política de segurança do governo do estado do Rio de Janeiro, gestão Sérgio Cabral. Analisamos as matérias do jornal O Globo, entre os anos de 2007 e 2014 e realizamos entrevistas com moradores da Favela do Cantagalo, RJ. Percebemos a construção massiva da ideia da educação como “arma” contra “o crime” e a mudança construída na imagem do policial através da figura do “professor/policial”. Os projetos socioeducativos realizados pelos policiais são abordados como uma nova tecnologia que atua na perspectiva do controle social, da normalização e da gestão da vida.

Palavras-chave: políticas públicas, projetos socioeducativos, desigualdade, controle social

Resumen

El artículo analiza el discurso de la prevención del delito, de las prácticas socio-educativas dirigidas a niños y jóvenes que viven en favelas, llevadas a cabo por las Unidades de la Policía Pacificadora, herramienta de la política de seguridad del gobierno del estado de Río de Janeiro. Analizamos los materiales del diario O Globo, entre 2007 y 2014 y las entrevistas realizadas con los residentes de la Favela de Cantagalo, RJ. Nos damos cuenta de la construcción masiva de la idea de la educación como un arma contra el crimen y el cambio construido sobre la imagen de la policía a través de la figura del maestro/policial. Los proyectos llevados a cabo por la policía son vistos como una nueva tecnología que opera en la perspectiva del control social, la normalización y la gestión de la vida.

Palabras clave: política pública, proyectos socio-educativos, desigualdad, control social

²⁶ Esse artigo é parte dos resultados da tese de doutorado *Vigiar, Punir, Educar e Matar: discursos de disciplinamento, controle e extermínio da população preta e pobre do Rio de Janeiro*, defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, em fevereiro de 2015.

²⁷ Doutora em Educação, Mestre em Educação e Graduada em Psicologia Clínica, Bacharelado e Licenciatura em Psicologia pela UFF. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior na UFF. Atuação: Projetos Sociais e linhas de Filosofia, Educação e Políticas de Controle Social. E-mail: Sharon.will@gmail.com

²⁸ Pós-Doutora em Políticas de Educação Superior na América Latina pela Universidad Nacional de Tres de Febrero, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES) da UFF. E-mail:

Introdução

Esse artigo é parte de uma pesquisa de doutorado, onde abordamos questões sobre os projetos educativos concebidos no intuito de afastar a juventude pobre brasileira do que parece ser uma inclinação, quase inevitável, para a criminalidade. O forte discurso de que contra a tendência à criminalidade das classes pobres apenas uma arma seria eficaz - a educação de seus membros mais jovens - e as versões mais elaboradas dessa argumentação têm conseguido arregimentar tempo, pessoal e financiamento para diversas instituições e indivíduos, principalmente por se colocarem como uma opção humanitária às soluções repressivas.

Em *Vigiar e Punir* (1999a), Foucault, utilizando o método genealógico, faz uma análise das práticas punitivas e marca, na história do poder, um momento central: a passagem da soberania à disciplina, apresentando as práticas de punição que existiam antes do sistema penitenciário/penal. Toma a prisão como objeto e põe em questão as redes de poder-saber a ela associadas, em nossa sociedade, por meio do caminho das tecnologias. Ele pergunta: como se pune em cada tempo?

Como nos mostrou Foucault, em sua análise genealógica das práticas punitivas, a sociedade foi produzindo e desenvolvendo tecnologias de exercício de poder e de controle, recriando o conceito de crime e os modos como se deve combatê-lo, em função da “eficácia” das tecnologias, dos movimentos de resistência e dos interesses econômicos das elites de cada época. A partir da prisão, as tecnologias disciplinares se “espalharam” por diversas instituições: a escola, as fábricas, os hospitais. Modificaram-se ao longo do tempo, se recriaram de outras formas, mas continuam tendo força e sendo reproduzidas nas práticas atuais.

mfatimadepaula2015@gmail.com

Partindo desse referencial, fizemos um recorte específico para este artigo, onde analisamos a construção do discurso da política de pacificação do governo de Sérgio Cabral, no Estado do Rio de Janeiro, tomando como instrumento de pesquisa as matérias do jornal O Globo, priorizando as de capa, e entrevistas com moradores da Comunidade do Cantagalo, no Rio de Janeiro.

Pontuamos principalmente a emergência do discurso onde os dispositivos educacionais passaram a ser adotados como forma de prevenção e controle da inclinação para a criminalidade, atribuída aos adolescentes e jovens das favelas cariocas. E a mudança construída na imagem do policial através da figura do “professor/policial”.

Com o neoliberalismo, o Estado mínimo e o estrangulamento do mercado de trabalho, dentre outros aspectos do capitalismo contemporâneo de controle globalizado, a falta de escolarização e o desemprego definem aqueles que escaparam do processo de intitucionalização, disciplinarização e normalização da escola. Desse modo, o discurso do crime tem sido construído, produzido, com e a partir do discurso da educação. Segundo este discurso, se o jovem da favela ou da periferia não está na escola, se o jovem não está trabalhando, se não faz parte de algum projeto social, é porque está à toa, é porque está no crime.

Observamos, durante o período pesquisado, a implantação de diversos projetos socioeducacionais realizados pelos policiais das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras, implantadas como política de segurança do governo Sérgio Cabral). Partindo do pressuposto de que, por meio de diversas práticas, conectam-se maneiras para amplificar formas de controle da população, entendemos a inclusão dos sujeitos considerados perigosos, em situação de risco, em

vulnerabilidade social, egressos do sistema socioeducativo em projetos socioeducacionais organizados e ministrados por policiais, como apenas mais uma prática de controle.

Esses projetos fazem parte de uma engrenagem de equipamentos sociais de proteção à infância e à juventude, permeados pelos discursos de proteção e inclusão social. Cercados por discursos técnico-científicos e articulados com os discursos jurídicos, esses dispositivos de controle atuam na produção de sujeitos. Não podemos deixar de discutir a produção histórico-política desses equipamentos e de lançar as questões: de que proteção estamos falando? A que educação estamos nos referindo?

Essas questões são trabalhadas por Nascimento e Scheinvar (2005), no artigo “Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão”, onde são discutidos os conceitos de proteção e de exclusão social. Para as autoras, os discursos sobre as práticas protetivas situam-se no âmbito da filantropia e são vistos, apenas, pelo seu lado de amparo; não sendo levado em conta que essa proteção é diferenciada, variando em função da condição de classe do público ao qual se aplica. Elas apontam para a consolidação do conceito de exclusão, a partir da obra de René Lenoir (1974) –“Os excluídos”, entendidos como aqueles que manifestam uma incapacidade de viver como os outros, considerados normais:

Esta visão expressa uma concepção social baseada em modelos, a partir da qual quem não se enquadra torna-se um "excluído social". Tal ótica, que desconsidera a multiplicidade das formas de existência, impõe modos de ser distanciados das condições concretas necessárias à sua realização. Estabelece-se, assim, o binômio exclusão/inclusão de forma dicotômica e intransigente (NASCIMENTO e SCHEIVAR, 2005, p. 55).

Na perspectiva de Foucault (2001), a inclusão e a exclusão são como “dois lados da mesma moeda”, pois são parte de um mesmo processo de normalização, que se dá a partir do enquadramento dos indivíduos.

Ele [o processo de normalização] se dirige a outro objeto, ele traz consigo técnicas que são outras e que formam uma espécie de terceiro termo insidioso e oculto, cuidadosamente encoberto, à direita e à esquerda, de um lado e do outro, pelas noções jurídicas de “delinquência”, de “reincidência”, etc. Ele propõe, na verdade, um terceiro termo, isto é, ele pertence verossimilmente - e é o que eu gostaria de mostrar a vocês - ao funcionamento de um poder de outro tipo, que eu chamarei, provisoriamente e por enquanto, de poder de normalização (FOUCAULT, 2001, p. 52).

O autor descreve a exclusão dos leprosos, prática social da Idade Média, onde o indivíduo declarado leproso era expulso da cidade para “purificar” a comunidade; e a emergência do modelo da inclusão do pestífero, onde o território não era mais o exterior aos protetores muros da cidade, mas, sim, a própria cidade, encerrada e constituída como território fechado. Objeto de uma análise sutil e detalhada, de um policiamento minucioso. “Não se trata de expulsar, trata-se ao contrário de estabelecer, de fixar, de atribuir um lugar, de definir presenças, e presenças controladas” (*Ibid.*, p. 57).

Foucault chama essa substituição da lepra pela peste, da exclusão pela inclusão, de “invenção das tecnologias positivas de poder”.

Passou-se de uma tecnologia de poder que expulsa, que exclui, que bane, que marginaliza, que reprime, a um poder que observa, um poder que sabe e um poder que se multiplica a partir de seus próprios efeitos (*Ibid.*, p. 60).

A norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de

correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo (*Ibid.*, p. 62).

Seguindo esse caminho, entendemos os projetos realizados nas favelas, pelos policiais das UPPs, como programas contemporâneos de contenção e formatação das condutas. Espaços de operacionalização do controle, onde o poder atua de forma diferente das chamadas instituições de sequestro, como a escola e a prisão, pois o controle nesse caso não acontece, necessariamente, em espaços fechados, mas sem perder a herança dos dispositivos disciplinares dos séculos XVII, XVIII e XIX e seus efeitos normalizadores.

O policial/professor

No início do primeiro mandato do governador Sérgio Cabral, em março de 2007, vimos emergir um discurso que pouco mais tarde se tornou dominante - o da implantação de projetos sociais nas favelas, como um dos “braços” da sua política de segurança.

O governador visitou duas favelas onde aconteciam projetos educativos com crianças e jovens e participou da inauguração de um deles, em Parada de Lucas. Na ocasião, tanto o governador, como o comandante-geral da PM tocaram instrumentos musicais e posaram para fotos com crianças e jovens.

Na matéria, o governador Sérgio Cabral afirmou: “Eles [os projetos socioeducacionais em favelas, com crianças e jovens] fazem a interseção entre a comunidade e os policiais, humanizando essa relação, que tem que ser cada vez mais de parceria”(O Globo, 28/03/2007, p. 16).

Por conta da nossa história marcada pela violência e pela repressão da polícia, a cultura policial é percebida como autoritária e violenta, principalmente nos territórios da pobreza. Os projetos com crianças e jovens nas favelas pacificadas, realizados por policiais, foram uma ferramenta para incutir na população moradora das favelas, e na sociedade civil, de um modo mais geral, que os policiais da UPP seguiam um procedimento diferente, baseado na ideia de polícia comunitária.

As Unidades de Polícia Pacificadora, além da contenção ao retorno do tráfico nas comunidades pacificadas, normalmente desenvolvida por um grupo chamado de “Grupo Operacional da UPP”, tinham como objetivo, talvez o principal: a aproximação entre a comunidade e a polícia, pressupondo a disposição de uma “relação amigável” com a população moradora do local. Não se tratava de uma política isolada, mas de um “controle pacífico”, necessário para a instalação e ampliação das demais políticas sociais e serviços públicos. Uma das táticas para o fortalecimento dessa “relação amigável” se deu com a implantação de diversos projetos, realizados pelos próprios policiais das UPPs.

Podemos citar como exemplos: as aulas de violão e de xadrez nas comunidades Babilônia e Chapéu Mangueira; de violino, violoncelo, viola, contra-baixo, musicalização e coral, no morro Dona Marta; do projeto Cine Clube Comunidade, natação, capoeira, *taekwondo* e aulas de reforço no Jardim Batan, em Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro; aulas de

karatê, no morro da Providência; futsal e vôlei, na Ladeira dos Tabajaras; música e futsal no complexo Cantagalo/Pavão/Pavãozinho, entre outros.

Observamos emergir uma relação, que antes não víamos ocorrer: a relação direta da polícia com atividades educacionais, trazendo um discurso de disciplinamento e controle pacífico. Vejamos algumas reportagens:

Depois da paz e da tranquilidade reconquistadas, o momento é de festa nas comunidades que já têm Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O Dia das Crianças deverá ficar marcado na Cidade de Deus, em Jacarepaguá; na Favela do Batan, em Realengo; e nos morros Dona Marta, em Botafogo; Chapéu Mangueira e Babilônia, ambos no Leme, como uma data do reencontro com a cidadania e de interação entre moradores e a Polícia Militar. No Morro da Babilônia, por exemplo, crianças de 8 a 14 anos ainda podem se inscrever para participar do campeonato de futebol organizado pela PM na quadra de esportes. A Secretaria de Segurança vai dar troféus e medalhas para o time vencedor do torneio, que começa às 10h da próxima segunda-feira. Também haverá pagode, churrasco, pipoca, algodão doce e muitas brincadeiras (O Globo, Rio, 8/10/2009, p.12).

O governador Sérgio Cabral joga capoeira com o menino dos Tabajaras: cursos permitirão aos moradores entrar no mercado de trabalho. Fala do Cabral: “a comunidade dos Tabajaras e do Morro dos Cabritos era tomada por traficantes, e nós conseguimos mudar isso. Esses cursos vão dar oportunidade para que essas pessoas possam se inserir no mercado de trabalho” (O Globo, Rio, 26/06/2010, p. 23).

Os donos do morro foram embora, mas ficou o jovem que estava na endolação, que ia para a escola e tirava uma grana enrolando baseado. Precisamos ter um projeto sedutor para ele, que vivia numa rede de poder perverso. Era quem carregava o fuzil que ficava com a menina mais bonita do morro. A juventude desses locais tem um perfil curioso. O jovem tem grandes fragilidades, como baixíssima escolaridade, mas

uma grande capacidade de iniciativa, de trabalhar em equipe e de fazer com que os outros trabalhem, tudo o que o mercado de trabalho valoriza hoje. E aprenderam muito no mundo do tráfico, da ilegalidade. Além da mediação de conflitos, a casa da justiça, que também vai começar em breve, vai focar no potencial desses jovens. (Ricardo Henriques, Secretário Estadual de Assistência Social) (O Globo, 17/10/2010, Rio, p. 19).

A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) dos morros Pavão-Pavãozinho e Cantagalo completou um ano ontem. Para comemorar, alunos do **projeto Soul da Paz, da escola de música da UPP**, fizeram uma apresentação no colégio Solar Meninos de Luz, no Pavãozinho, na noite de quarta-feira. Segundo o capitão Leonardo Nogueira, comandante da UPP, a escola tem 25 alunos e funciona há 7 meses (...) Considerada **estratégica para a pacificação, a aproximação com crianças e adolescentes tem sido estimulada pelo comando da Polícia Pacificadora** (O Globo, Rio, 24/12/2010, p. 14) (Grifo nosso).

Aulas criam pontes entre policiais e jovens. Soldado ensina violão a meninos da Babilônia (O Globo, Rio, 23/09/2012, p. 20) (Grifo nosso).

Vera Malaguti Batista, referindo-se à reportagem de O Globo publicada em 18 de julho de 2011, sobre o projeto “No tatame dos caveiras”, que trata de aulas de ginástica dadas por policiais do BOPE, na favela Tavares Bastos, afirma:

Olhando a cobertura e a associação da grande mídia podemos compreender melhor a expressão esplendor, já que produziu-se verdadeiramente um esplendor, uma aura mágica em torno da polícia e mais especialmente com os camisas-pretas, os caveiras. Para a configuração do Estado de polícia esse esplendor é necessário. Nesses anos todos de reflexão sobre a questão criminal eu já tinha me dado conta da necessidade de manter um inimigo à mão na passagem da ditadura para essa democracia formal em que

vivemos. Constatei também a importância do medo para o disciplinamento dos pobres no capitalismo de barbárie (...) podemos ter uma pequena mostra dos efeitos dessa inculcação no imaginário coletivo, nesse grande dispositivo de subjetivações. O estado de polícia espalha-se para todas as áreas além da criminal. “A PACIFICAÇÃO A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO: crianças se divertem no Urutu, o blindado do Exército, empregado na colônia de férias da Força de Pacificação do Morro do Alemão. Idealizada pelas Forças Armadas, a colônia de férias que termina hoje reuniu 320 crianças selecionadas por suas boas notas na escola. Elas participaram de atividades esportivas e culturais”; temos aqui a pedagogia da ocupação, para onde terão ido os que não tiraram boas notas? (BATISTA, 2011, p. 19).

Precisamos colocar em análise o sentido que se produz quando os policiais dão aulas para jovens pobres, partindo do pressuposto de que esses jovens são concebidos pela sociedade como “perigosos” ou “em situação de risco”. O sentido historicamente atribuído ao policial, como aquele que reprime, pune e mata, recria-se no lugar do professor, daquele que educa. É uma estratégia brilhante de aproximação entre a comunidade e a polícia. As famílias passam a confiar no policial, pois ele é “o professor”, chegando ao ponto de entregarem seus filhos àqueles que, antes, tanto temiam.

Sílvio Gallo (2005) nos alerta:

A educação tem sempre se valido dos mecanismos de controle. Se existe uma função manifesta no ensino – a formação / informação do aluno, abrir-lhe acesso ao mundo da cultura sistematizada e formal –, há também funções latentes, como a ideológica – a inserção do aluno no modo de produção, adaptando-o ao seu lugar na máquina. A educação assume, desta maneira, sua atividade de controle social. E tal controle acontece nas **ações mais insuspeitas** (GALLO, 2005, p. 81) (Grifo nosso).

Vejam as falas dos moradores entrevistados sobre essa mudança no sentido atribuído à figura do policial. A maioria deles afirmou que tinha receio dos filhos participarem dos projetos da UPP, mas acabaram absorvendo a ideia de que há dois tipos de policial, o “policial do mal”, corrupto e violento e o “policial do bem”, professor dos projetos.

O professor que está lá dentro é diferente do policial que está na comunidade. Porque o professor do projeto da UPP não é o mesmo que fica fazendo ronda na comunidade. **Eles só trabalham na parte de dar aula** (Grifo nosso).

Eu aprendia tudo lá dentro. As atividades eram maneiras. A minha vocação era de ser policial, e agora mudei, não quero mais. **Aprendi a ter uma visão melhor deles. Antes eu só via as pessoas armadas querendo confronto com a gente. Agora eu vejo pessoas normais querendo paz e não uma guerra** (Grifo nosso).

Ah! **Tem policiais que eu confio plenamente, e outros não**, não só eu mas a comunidade também. Meu filho participa do projeto do circo, mas se ele quisesse, eu deixava ele fazer com os da UPP, sim (Grifo nosso).

Aqui todo mundo tem desconfiança do policial, mas **eu vi o esforço dos “polícia”, que eles estavam aqui não pra oprimir, mas sim queria passar que eles estavam aqui pra fazer uma coisa do bem, principalmente com as crianças**, que são as principais vítimas do tráfico, porque **criança é o bicho mais inocente, é o mais fácil de ser manipulado**. Então era uma forma de prevenir (Grifo nosso).

Na rua a gente vê outras coisas. Mas lá dentro da sede, a gente vê pessoas respeitadas. Tem os locais onde os policiais ficam, então ele pode ser P2 ou P5, por exemplo e eles podem mudar de opção. **P5 cuida das crianças assim em geral**, ficavam com a UPP Mirim, **P2 cuida do pessoal que vai ser**

preso em geral, tem outros que rodam pela comunidade (Grifo nosso).

Assim que a UPP entrou, era o comandante Nogueira. Ele foi um dos melhores comandantes da UPP, porque **ele quis interagir com a comunidade, quis fazer um trabalho mesmo do bem, aqui**. Ele veio na intuição mesmo de interagir com a comunidade para **tirar aquela imagem da polícia**, enfim, teve oficina de percussão, de futsal e teve oficina de ginástica pra terceira idade. A ginástica bombava. Era pra adulto e funcionou bastante, acho que uns dois anos (Grifo nosso).

As frases - “não ficam na rua fazendo besteira” e “mente ociosa só dá para o mal” - foram respostas recorrentes quando questionamos os pais sobre a importância da participação de seus filhos nos projetos socioeducacionais. Para a grande maioria, o fato dos projetos manterem os seus filhos ocupados para “não ficarem pelos becos”, “não arrumarem ideia”, “não se meterem com os meninos” (referindo-se aos jovens que ficam nas bocas de fumo), “não ficarem à toa”, “não irem pro caminho errado” foi a principal importância apontada para esses projetos realizados pelas UPPs. Um discurso muito forte, que se reproduziu nas falas dos moradores do Cantagalo entrevistados, foi o seguinte:

Com certeza, porque ele vai **ficar o dia todo sem fazer nada** e aquilo [se referindo ao tráfico de drogas] é prático. Ele vê a contagem, aí um oferece, aí ele vai experimentar, aí oferecem de novo, aí vão e falam que ele tem que fazer um favor, aí daqui a pouco faz um outro favor, aí quando vai ver ele olha aquele “paco” de dinheiro, sabe como que é? Poxa, dinheirão. Essa aqui é minha comissão. Essa pergunta que você me fez é isso que eu vejo na minha vivência, todo o dia (Grifo nosso).

Se **a pessoa deixa de ficar na beira do caminho vendo e ouvindo as coisas ruins** e vai aprender outras coisas, outras culturas, **a**

mente da pessoa não fica vazia, porque mente vazia, “só Jesus” (Grifo nosso).

Até hoje eu me lembro de muita coisa boa. **Várias coisas, eu passei ali com a mente naquela coisa**, então eu não me abria pra outras coisas, se não eu hoje em dia ia estar igual essas meninas, fumando, bebendo, só querendo saber da madrugada. Eu gosto de ficar em casa (Grifo nosso).

Claro, quanto mais atividades eles fizerem, **menos eles vão ter tempo para pensar em entrar para a vida do tráfico**. É uma ocupação na vida do jovem. Nos projetos eles ensinam, pegam o jovem, conversam e assim vai... (Grifo nosso).

Os projetos servem pra **ocupar a mente das crianças, pra eles não se envolverem com o tráfico** (Grifo nosso).

Eu passava mais tempo lá [referindo-se ao projeto da UPP] **do que em casa. Então eu não pensava em besteira**. [Que tipo de besteira?] Ah, todas. Namorar, funk, bebida e outras coisas (Grifo nosso).

Considerações finais

A expressão “educação”, quando o foco recai para as supostas classes perigosas, toma um sentido peculiar – assume o significado de um antídoto contra a ociosidade e a criminalidade, deixando de ser concebida como um instrumento de formação que proporciona mobilidade social e diminuição das desigualdades sociais. Nesse sentido, a educação é reduzida ao papel de tecnologia disciplinar, com o objetivo de controlar, corrigir e normalizar – em uma palavra, evitar que o jovem entre para o “mundo do crime”.

Ressaltamos aqui a correlação linear estabelecida entre a educação e o controle social das populações vistas como

perigosas e propensas ao crime. Assim, há a reprodução do sentido atribuído à criança e ao adolescente da favela como agressivos, potencialmente violentos e perigosos, devendo, portanto, ser disciplinados, passando por um processo que Foucault denomina de “ortopedia social”.

Toda essa rede de poder que não é judiciário deve desempenhar uma das funções que a justiça se atribui nesse momento: função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades. Entramos na idade do que eu chamaria de ortopedia social. Trata-se de uma forma de poder, de um tipo de sociedade que classifico de sociedade disciplinar por oposição às sociedades propriamente penais que conhecíamos anteriormente. É a idade de controle social (FOUCAULT, 1999b, p. 86).

Observamos o caráter de controle das atividades realizadas pelos policiais/professores, já que os objetivos apresentados são de aproximação com as comunidades, como forma de tornar mais aceitável a presença dos policiais nas ocupações, e de disciplinamento, por meio do discurso, muito comum, que afirma: se o jovem não está na escola, se o jovem não está em algum projeto que o ocupe, está no crime, afinal “mente ociosa só dá para o mal”.

Para nós, fica claro que a preocupação com a criminalidade, da forma como vem sendo produzida, não incide sobre as questões de fundo. Torna-se fundamental considerar que qualquer discussão neste sentido impõe, necessariamente, repensar o próprio sistema educacional, socioeconômico e político que produz a criminalidade.

Enquanto as políticas públicas e os projetos educativos forem construídos direcionados às crianças e aos adolescentes pobres, rotulando-os como perigosos e associados aos espaços das favelas, ou seja, enquanto se valerem dos mecanismos de

controle, construídos na lógica do estado penal, estarão indo na contramão de um projeto de mudança social.

Precisamos resistir a esse sedutor discurso e começar a pensar em projetos efetivos de inclusão, de diminuição das desigualdades sociais e em práticas educacionais de formação política e pensamento crítico, sem que importe a idade, a cor, o gênero, a biografia, e principalmente, o endereço dos sujeitos.

Referências

BATISTA, V. M. *O Alemão é muito mais complexo*. Texto apresentado no 17º Seminário Internacional de Ciências Criminais em São Paulo, 23/07/2011. Disponível em: <<<http://pt.scribd.com/doc/179981961/Alemao-Complexo-VeraMBatista#scribd>>> Acesso em: 20/05/2013.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 19. ed., Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1999a.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. 2. ed., Rio de Janeiro: NAU Editora, 1999b.

_____. *Os anormais*. Curso no Collège de France (1974 - 1975). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GALLO, S. *Deleuze e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

LENOIR, R. Les exclus. *Un Français sur 10*. Paris: Du Seuil, 1974.

NASCIMENTO, M. L. e SCHEINVAR, E. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. *Rev. Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, Ano 5, n. 2, p. 51-66, 2º semestre de 2005. Disponível em: <<<http://www.revispsi.uerj.br/v5n2/artigos/aj01.pdf>>> Acesso em: 16/11/2014.

O GLOBO, Rio de Janeiro: Ed. Globo. 01/01/2007 - 04/04/2014.